



III EBE | III ENCONTRO BAIANO DE CULT | ESTUDOS EM CULTURA



“A BAHIA CONSTRÓI SEU FUTURO SEM DESTRUIR SEU PASSADO”: INTELLECTUAIS, POLÍTICAS CULTURAIS E IDENTIDADE BAIANA NA MODERNIZAÇÃO DA BAHIA (1967-1975)

Anselmo Ferreira Machado Carvalho
Universidade Estadual de Feira de Santana
machadoanselmo@hotmail.com

Resumo

Este artigo pretende discutir o papel dos Intelectuais do Conselho Estadual de Cultura- CEC na elaboração das políticas culturais do Estado da Bahia e sua relação com a reconstrução de uma identidade baiana ou "baianidade" no período de 1967 a 1975. Analiso também a atuação desses intelectuais, que mesmo inseridos na estrutura do Estado, discordavam de alguns pontos das políticas modernizadoras, industrializantes e as do turismo. Para tanto, é preciso entender o contexto da modernização baiana e suas estratégias identitárias que foram a nosso ver, um componente importante, não o único, de manutenção do poder de suas elites, sobretudo, nos governos indicados pela ditadura militar: as gestões de Luiz Vianna Filho (1967-1971) e Antônio Carlos Magalhães (1971-1975).

Palavras-chave: Intelectuais, políticas culturais, baianidade, modernização

1. Um pouco de baianidade

Imagens e representações sobre a Bahia e os baianos, de uma forma geral, são bem conhecidas de todos. No entanto, certas representações tornaram-se hegemônicas em detrimento de outras em várias épocas diferentes. As apropriações destas imagens refletiram interesses econômicos, políticos e culturais e serviram para afirmar grupos, disputar espaços perdidos, ou mesmo acompanhar momentos de “prosperidade” econômica.

Desta forma, inserimos nossa discussão na chamada Nova História Política. Esta nova abordagem, busca a renovação e a interdisciplinaridade, por isso “é impossível para a história política praticar o isolamento: ciência-encruzilhada, a pluridisciplinaridade é para ela como o ar de que ela precisa para respirar.” Para além das questões do **político**, que segundo Pierre Rosanvallon “deve ser apreendido, no entrelaçamento das práticas e das representações”, ao que chama de cultura política, nossa reflexão busca uma interseção entre as noções de **representação** e de **identidade**. Os estudos culturais têm trazido à tona esta perspectiva, sobretudo, quando consideram as identidades nacionais como representações construídas. Dentre os teóricos mais

importantes destaca-se Stuart Hall.

As estratégias simbólicas determinam a posição dos grupos e suas relações com os demais na estrutura social, inclusive marcando suas identidades, seus valores e suas concepções de mundo. Assim, as noções de representação e práticas, associadas às maneiras como são modificadas, elaboradas ou negadas – a apropriação- são componentes importantes para se apreciar o modelo de História Cultural proposto por Chartier. Hunt alerta que as práticas, sejam elas, no âmbito da economia ou da cultura, dependem das representações utilizadas pelos indivíduos para darem sentido ao seu mundo. Analiso as representações da/sobre a Bahia, como formas de marcar espaço e fazer reconhecer uma identidade, sobretudo porque “os documentos que descrevem as ações simbólicas do passado não são textos inocentes e transparentes, foram escritos por autores com diferentes intenções e estratégias”.

Perceber estas intencionalidades é fundamental para entender que as representações não são desvinculadas da realidade social, pelo contrário, são integrantes da mesma. E ainda, como nos alerta Stuart Hall atentar-se para a fragmentação dos sujeitos, que no nosso caso singular da baianidade, nos remete a analisá-la como uma identidade particularizada em três níveis: a) A baianidade dos grupos dominantes, intelectuais e políticos, organizadores da cultura pelo fato de hegemonizarem os espaços institucionais, sobretudo, aqueles reservados às políticas culturais; b) De processos históricos, a modernização baiana pós-1964, cujos projetos perpassavam pela integração nacional - daí a importância dada às questões identitárias - e a dinamização da economia nacional a partir da industrialização financiada em grande parte pelo estado brasileiro e pelos capitais externos; e, c) de espacialidades territoriais, Salvador e o seu entorno, em detrimento de outras regionalidades.

Quando pensamos as identidades baianas, estamos nos referindo ao que Chartier chamou de representações enquanto discursos que ordenam a realidade, forjados pelos interesses de grupos ou classes. Por isso é difícil definir, um termo tão plural como a baianidade, além de que, o mesmo representa uma diversidade considerável.

Portanto, a nossa análise estará atenta aos múltiplos referenciais identitários, mas, centrando sua investigação nas representações veiculadas, construídas e divulgadas no período que se segue à modernização da Bahia e suas políticas culturais.

2. Políticas Culturais na Bahia

As políticas culturais no Brasil foram inauguradas a partir das transformações políticas e sociais advindas da “revolução” de 1930 quando Getúlio Vargas chegou à presidência do país. Antes disto, eram ações isoladas de indivíduos ou instituições e por isso, não podemos considerá-las políticas culturais.

Na Bahia, poucas iniciativas, a exceção de Wanderley Pinho. Na década de 1930, foram

criados o Ministério da Educação e Saúde (MES), tendo a frente Gustavo Capanema e, o Departamento de Cultura da prefeitura de São Paulo (1935-38) tendo a frente o modernista Mário de Andrade. (RUBIM, 2007). Vale destacar também a criação do Conselho Nacional de Cultura vinculado ao MES, que data de 1938, e que fora o precursor do Conselho Federal de Cultura, criado pelo Decreto-Lei nº74 em 21 de novembro de 1966, já em plena Ditadura Militar. Nas décadas subseqüentes, destaque para criação do Ministério da Educação e Cultura (1953) e o período que se iniciava com o golpe civil-militar que conformava as políticas culturais com forte centralização e institucionalização.

Em relação a uma definição conceitual/teórica sobre políticas culturais, seguimos a perspectiva de Rubim, ancorada em Canclini de que,

Los estudios recientes tienden a incluir bajo este concepto al conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o transformación social. Pero esta manera de caracterizar el ámbito de las políticas culturales necesita ser ampliada teniendo en cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad.

O período em questão estabeleceu intervenções e metas sistematizadas na área cultural, inclusive como medida de segurança nacional e preservação da “personalidade” brasileira. Em relação ao caráter transnacional apontado na citação, levamos em conta a emergência da chamada indústria cultural no mundo ocidental a partir da década de 1960. No Brasil, isto se refletia na ampliação da radiodifusão, na publicação de periódicos, nas emissoras de televisão, na indústria discográfica, que na visão de Albuquerque Junior refletiam-se quando “os produtos culturais, começam a perder a sua aura de objeto sagrado e para poucos, os iniciados, e passam a ser vistos como objetos de consumo”.

Na Bahia, surgiam as primeiras iniciativas no setor televisivo, com a criação da TV Itapoan em 1960, inúmeras revistas e jornais, de iniciativas particulares, a exemplo do Jornal de contracultura *Verbo Encantado* nos anos 70; e por parte do Estado, como a *Viverbahia*, editada pela Bahiatursa, Empresa de Turismo do Governo, que inovava com uma revista voltada para o turista que visitava a Bahia.

A criação em 1966, do Conselho Federal de Cultura, CFC, marca uma etapa decisiva. O seu anteprojeto, divulgado pela revista *Cultura*, publicação do CFC, apontava como meta, o apoio às ações que ajudariam na manutenção e preservação do patrimônio histórico, reforma e aparelhamento das instituições federais de apoio ao teatro, cinema, livro, rádio-difusão e principalmente o projeto das casas de cultura.

A idéia do patrimônio vinha associada à necessidade de preservação da memória do passado da nação, desta forma, “o patrimônio histórico e artístico nacional é a memória de tôdas gerações brasileiras que nos cumpre guardar e aproveitar, transferindo-a, sempre mais enriquecida,

às novas gerações”, afirmava seu primeiro presidente e fundador, Josué Montello. O CFC era composto por intelectuais renomados, e que vinham de longa data do movimento modernista dos anos 20. A maioria deles era proveniente da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro-IHGB. Para Maia, também se apropriaram das idéias que nortearam as políticas culturais da chamada era Vargas, a partir de noções como “tradição”, “passado histórico”, identidade nacional e memória nacional.

A consciência cívica também foi umas das preocupações do CFC, aliadas à defesa do patrimônio nacional. Herança do antigo SPHAN, que se transformou depois em Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) em dois de janeiro de 1946 e, nos idos de 1970, em Instituto IPHAN. Órgão consultivo, o Conselho até 1975 manteve papel de destaque e centralidade nas decisões dentro do MEC, munido inclusive de poder deliberativo. A partir da gestão Ney Braga (Governo Geisel, 1974-1978) outras instituições dentro do próprio MEC começaram a despontar, e tiraram o “brio” do CFC.

Consoante Miceli, existiam duas vertentes no interior do MEC, uma patrimonial, voltada para questões mais humanísticas e preocupada na construção do “ser brasileiro”, da valorização da cultura nacional e do patrimônio cultural e a outra, a executiva, mais operacional e instrumentalista. A primeira vertente era a dos conselheiros do CFC, que rejeitavam a cultura de massas crescente desde os anos 60. A segunda, representada pelos técnicos da cultura, mais interessados na ação do estado em financiar e orientar as produções artísticas.(MICELI,1984,p.59). A vertente executiva começou a ganhar espaço depois da criação do Departamento de Assuntos Culturais, o DAC, em 1972, na Gestão do ministro Jarbas Passarinho (1969-73) e se efetivou de vez com a Consolidação do Plano Nacional de Cultura de 1975, que agradava os militares em cheio.

A Bahia seguia a nível estadual, a iniciativa do CFC, com a criação do Conselho Estadual de Cultura - CEC em 13 de setembro de 1967. O CFC foi estruturado em quatro Câmaras: Artes, Ciências Humanas, Letras e Patrimônio Histórico e Artístico. Análogo ao CFC, o CEC estava dividido nas seguintes câmaras: a) Câmara de Artes e Patrimônio; b) a Câmara de Letras; c) Câmara de Ciências; d) Legislação e normas; e) Comissões Especiais.

O Conselho Estadual de Cultura foi a primeira instituição a cuidar de forma sistematizada da cultura na Bahia. Antes dele, poucas iniciativas em se pensando nas políticas culturais. A gestão do governador Luis Vianna filho (1967-71), foi marcada pelo início do processo de institucionalização das políticas culturais no estado da Bahia. Foram criados em seu mandato, o CEC, a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, a Divisão de Museus e Patrimônio Histórico, todos, órgãos da Secretaria de Educação e Cultura do Estado. Outro órgão vinculado à prefeitura de Salvador- o Departamento de Turismo da Secretaria de Assuntos Municipais e

Serviços Urbanos- preocupava-se com questões similares aos demais.

3. A Revista de Cultura da Bahia, os intelectuais e a identidade baiana

Enquanto a Revista de Cultura Brasileira editada pelo CFC era trimestral, a Revista de cultura da Bahia, editada pelo CEC, foi semestral até o seu sexto volume julho-dezembro de 1971, no primeiro mandato de ACM. Do sétimo volume, janeiro-dezembro de 1972 até o décimo terceiro volume - janeiro-dezembro de 1978- sua publicação foi anual. O volume 14 correspondia às atividades do Conselho de janeiro de 1979 a dezembro de 1980 e o seu volume 15, o último por nós pesquisado, se referia aos quatro anos de 1981- 1984.

A revista é nossa fonte, subsídio para entender o passado e também nosso objeto, um dos componentes a serem analisados como local de produção e disseminação da cultura. As revistas estão delimitadas na esfera pública, e por isso, seu tempo, é o presente, por excelência. Ela deixa sua marca no presente, não está interessada no futuro como o livro. Mas, é essa vontade de presente o que a converte em um objeto histórico e passível de ser historicizado. É um espaço plural, com vozes polifônicas, mas, antes de tudo, um espaço que revela unidade, “em suma, uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão”. Desta forma, percebemos a Revista de Cultura da Bahia, como um espaço de constituição de uma rede de intelectuais que se deparavam com o iminente processo de modernização iniciado nos fins dos anos 60.

A análise dos discursos nos informa que certos termos são indicadores de uma identidade assumida entre pares. Um universo restrito no qual as falas as quais se reportavam uns aos outros eram, na sua totalidade, elementos que comprovam o nosso argumento. As divergências eram mínimas e havia uma remissão recíproca quanto ao conteúdo das matérias e as posições a assuntos veiculados na revista. Ou seja, elogios de conselheiro para conselheiro. Assim, torna-se comum encontrarmos frases que expressavam a vinculação afetiva, sobretudo nas moções e nas atas das reuniões do plenário, como “confrade”, “amigo”, “querido acadêmico”, “nobre conselheiro”, “ilustre companheiro”, “eminente professor” etc..

A concepção de intelectual que utilizamos, está fundamentada em uma dupla perspectiva, sobretudo, como categoria de análise que ajuda a interpretar os sujeitos históricos dentro do contexto no qual estavam inseridos. A primeira delas, como organizadores da cultura, criadores e mediadores, uma visão mais ampla e sócio-cultural. E a segunda, pensá-los a partir do seu engajamento e não somente restritos às funções meramente intelectuais. Estas duas vertentes de análise se complementam e estão associadas à rede de intelectuais que formavam, em sua maioria, e que os revela como atores do político.

Para Gramsci, “todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então: mas nem todos os

homens desempenham na sociedade a função de intelectuais” Acredito que, estes homens, os conselheiros que faziam parte do CEC, cumpriam a função de intelectuais na sociedade. Ou seja, inseridos no processo de elaboração das políticas culturais para a Bahia, num contexto de forte centralização das ações culturais por parte do estado.

Sonia Regina de Mendonça nos mostra, criticando uma visão bastante difundida de intelectual como um ser que “paira” sobre a sociedade, como se sua atuação fosse “neutra”, ou mesmo como porta-vozes da nação. Para Tatiana Maia (2010), pesquisadora que estuda o CFC, os intelectuais são portadores da cultura nacional, esquecendo-se, de, ao contrário, estabelecer suas vinculações com o mundo da política, e principalmente sua ligação orgânica com a ditadura. No nosso caso, os intelectuais do CEC eram portadores de uma visão social de mundo que disputava espaço na própria esfera estatal com outros projetos e visões de mundo.

*

O governo da Bahia havia apresentado o I Plano Integrado de Educação e Cultura do Estado para a apreciação do CEC em 1968. Este plano nortearia as políticas culturais até 1971. Muitos itens ligados à publicação de livros, sistemas de bibliotecas, atividades teatrais, cinema, museus, etc, mas, nenhum item relacionado à preservação do acervo monumental baiano. Este começava a ser pensado sistematicamente como ordem do dia, a partir das advertências do CEC, em relação à necessidade de sua preservação, especialmente através da Câmara de Artes e Patrimônio. Os intelectuais do CEC tiveram uma importância crucial na elaboração de diretrizes e estudos para sua preservação, contribuindo para as ações que seriam efetivadas naquele momento.

Monumento para o CEC compreendia não só uma criação isolada, mas, também, a moldura em que ela estava inserida. Isto significava que o monumento não estava separado do meio que se encontrava, da história do qual foi inserido e é testemunho, e que refletia um significado cultural, humano e principalmente político. Ao mesmo tempo, eles passavam a expressar seu valor econômico e não somente artístico. Neste momento, as atenções voltavam-se para a preservação do conjunto arquitetônico do Pelourinho. O DPHAN já sinalizava a sua preservação além de outros monumentos na Bahia. A Missão da Unesco chegava na cidade. Michel Parente, coordenador da visita à Bahia, afirmava que Salvador era “a primeira cidade de arte do Brasil”, e que por isso, necessitava de um estudo e uma metodologia adequada para a sua proteção.

O período inaugurado pela ditadura militar trazia um projeto de modernização para o Brasil. A industrialização era um dos seus pilares. Na Bahia, as preocupações foram sucessivas. A instalação de indústrias, a criação de um centro industrial e um porto para escoamento da produção – Aratu e, sobretudo o COPEC - Complexo Petroquímico de Camaçari. As elites dirigentes enxergavam este processo, como a possibilidade de a Bahia, superar o propalado “enigma baiano”.

O CEC integrava um projeto maior do governo do estado no campo cultural, atrelado ao

projeto de Brasil em curso na ditadura militar, de valorização do passado, da nação e do civismo. E contribuiu para a institucionalização da cultura na Bahia, aspecto também prioritário para o governo. Segundo Barbalho (2008) a preocupação das elites dirigentes no Brasil pós- 1964 não era criar uma nação, mas garantir sua integração. Para justificar a preocupação e o interesse pelo patrimônio baiano, as estratégias simbólicas foram importantes, não foram as únicas, pois para efetivar na prática era preciso recursos financeiros. E estes foram algumas das queixas dos conselheiros na Bahia em relação ao CFC e o repasse de verbas. A Bahia não estava entre os primeiros estados da nação na captação destes recursos.

As representações da Bahia afloraram em documentos oficiais, nos artigos dos conselheiros, nos pareceres, nas moções, homenagens e nas reuniões do conselho registradas em atas ao fim de cada edição da Revista de Cultura. Estas “baianidades” ajudam a entender o contexto das políticas culturais na Bahia nos anos da ditadura. O conselheiro Américo Simas Filho entendia que “cabia à Bahia sede do governo nacional de 1549 a 1763, a prioridade de medidas destinadas à efetivação do primeiro projeto de interesse mais amplo, objetivando a recuperação de um trecho dos mais significativos da **célula máter da nacionalidade**”

Expressões como estas em grifo, ressaltavam a Bahia enquanto nação. A identidade baiana, quando associada à preservação do patrimônio histórico vinha adjetivada, sobretudo, enfatizando a “primordialidade” da Bahia no cenário nacional, a sua “história primacial”, pois foi, afirmava Simas, “esta fidelidade da Bahia às formas densas, ao imperativo da majestade e da ordem, que lhe assegurou, sobre outras cidades do Brasil, um preeminência artística inconfundível”. A Bahia, na visão dos vários conselheiros, era portadora da alta cultura, aquela dos sentimentos mais nobres, humanísticos e, portanto, mais próximos a um ideal nacional.

Fácil será para nós, brasileiros, baianos, cuja doçura de costume e respeito à pessoa humana, que se refletem na tolerância e na hospitalidade das relações entre cidadãos, compreender o trabalho que nos espera, fortalecendo cada vez mais a cultura nacional, para marcar, na historia, uma época de desenvolvimento.

Uma preocupação recorrente do CEC, e era indicar aos órgãos competentes medidas que evitassem a perda do patrimônio histórico da Bahia e das tradições culturais. Uma passagem ilustrativa do conselheiro Fonseca resume nosso argumento:

A preservação dos testemunhos do passado representa um avanço na civilização. Um povo culturalmente forte é aquele que zela, admira e preserva os bens recebidos de seus ancestrais, pois as relíquias do nosso passado clamam hoje, em ruínas notáveis, a ação de todos aqueles que desejam o Brasil crescer.

Para a Bahia ser civilizada e moderna, deveria preservar as tradições de suas elites, especialmente, os monumentos arquitetônicos que no passado, representaram sua grandeza e, ao mesmo tempo, mostrar que o país vivia um momento de crescimento econômico, que na Bahia era visto como “milagre baiano”. Daí o caráter pedagógico de muitos dos discursos dos conselheiros, no sentido de, atrelar os seus estudos aliados à necessidade de preservação do passado. Comenta o

conselheiro Fonseca, que,

Precisamos estudar os núcleos urbanos, as áreas e paisagens humanizadas, os sítios naturais e jazidas arqueológicas do estado em termos de sua proteção, através do tombamento parcial e de conjuntos urbanos, de modo a permitir sejam conservados testemunhas do nosso passado cultural.

Um “espírito baiano”, uma contribuição da Bahia para a História, foi elucidativa, na demonstração de sua importância. Apareciam os baianos ilustres,

De quantos contribuíram, numerosos e diversos, para esforçada elaboração de um sentimento de identidade, de autonomia e de caráter nacionais, desde os letrados, os clérigos, os bacharéis, os militares, os populares iluministas e protoliberais do período colonial aos teóricos e agitadores da independência, da abolição e do Império, da república, imbuídos das doutrinas liberalistas, do positivismo e do espírito democrático, nenhum melhor que RUY desentranhou da História, da experiência e das aspirações do povo brasileiro uma interpretação de sua vocação e do seu caráter como pautas para a maioria política, a soberania, o estabelecimento do estado de direito e a ordem fundada na justiça social

Os elementos mais tradicionais eram elencados como representativos da Bahia, e refletiam, como vimos, as posições de boa parte dos conselheiros. Selecionamos alguns dos discursos, dentre muitos, que nos dão uma visão de como a Bahia foi representada naquele momento. No entanto, este fragmento abaixo nos chamou atenção,

Os restaurantes vários, nacionais, típicos e internacionais, como que muito de propósito deixam escapar o cheiro da cozinha baiana e de toda fome do mundo vem à boca molhada dos desejos da Bahia, no seu mistério profundo, de corpos flor e azeite. O acarajé dourado boiando no dendê, o abará misterioso envolvido nas folhas, o caruru de São Cosme cheirando, abençoando, fazem uma visão única e que fica para sempre na memória dos sentidos”

Este depoimento foi o único que encontrei em todas as publicações do CEC. No geral era uma “baianidade” da memória das elites. Os elementos populares eram pouco mencionados, somente quando referidos ao folclore. Os de origem africana, raramente citados, a Bahia sertaneja, silenciada.

5. “Célula máter da nacionalidade” ou produto Bahia?

Exaltar as qualidades da Bahia, não era novidade para justificar a necessidade da preservação do seu patrimônio. Wanderley Pinho, já o fazia nos idos de 1917.

A Bahia é, e há de ser, felizmente por muito tempo, a região tradicional brasileira: onde as lendas e os costumes de antanho conservam a sua poesia melancólica no contraste de um progresso que penetra lentamente; onde como a atmosfera que respira é um ar do passado cheirando a santidade ingênua de épocas findas; onde o próprio aspecto das coisas e o regime dos homens são como um viver dos séculos atrás, arremedando hábitos novos

Certamente que a preocupação com a invasão do “progresso” ainda trazia reflexões para alguns dos baianos. O processo de expansão urbana intensificava-se nos fins dos anos 60 e principalmente durante toda a década de 70 e 80. A chegada das indústrias para a Bahia,

principalmente na região metropolitana de Salvador trazia conseqüências novas para o período. Todavia, esta Bahia não destruíra totalmente a velha Bahia. Segundo Thales, ela ainda existia e convivía com os novos tempos:

Curiosamente esta não é apenas uma Bahia de lembranças do passado, de recordações, dos velhos, de saudades e suspiros “do meu tempo”. É uma nova Bahia, “grande Bahia”, que se projeta e se recria, que respira novos alentos, ar poluído, que se impacienta no trânsito engarrafado pelo progresso, e se isola em apartamentos empoeirados pela modernidade

Para além das constatações do conselheiro Thales de Azevedo, tais mudanças não se refletiam apenas nos aspectos econômicos e sociais. No campo da cultura, tinha-se preocupação com o impacto desta modernização e os seus efeitos negativos em relação aos bens culturais e aos monumentos. Podemos falar então, em vozes dissonantes, discordantes e em “tensões” intestinas, para os propósitos modernizantes em curso naquelas décadas, mas, sobretudo, em discursos cautelosos e indicativos dos danos que uma modernização desenfreada pudesse acarretar. O CEC foi um guardião do patrimônio histórico da Bahia, especialmente de Salvador e do Recôncavo. Falava-se em “desleixo dos homens”, que acelerava o processo de destruição do acervo monumental da Bahia, “um dos mais ricos senão o mais rico do Brasil em monumentos arquitetônicos dos períodos pretéritos da nossa história”. Afirmativas do conselheiro Fernando Fonseca, a exemplo de “urbanismo cirúrgico”, “sanha do chamado progresso”, também refletiam este alerta em relação ao “progresso” que chegava e que modificava valores importantes atribuídos à Bahia.

O ambiente era propositivo a uma conciliação, afinal, afirmava Fonseca, “sabe-se que o antigo e o moderno podem viver lado a lado, sem choques e distorções, desde que cumpram a sua finalidade de bem servir ao homem”. Todavia, em seus discursos, os embates apareceriam em forma de lutas de representação. Estas representações sobre a Bahia e os baianos, refletiam os posicionamentos dos intelectuais do CEC em meio aos os outros órgãos e agências estatais. Observamos que os depoimentos contrários à “sanha do progresso” alegavam a perda ou destruição de uma baianidade do passado, e, conseqüentemente de sua história. O projeto antagônico que identificamos, pelos materiais consultados, foram as políticas públicas na área do turismo. Este projeto fora agenciado dentro do estado da Bahia a partir da Bahiatursa e de seus técnicos. Paulo Gaudenzi, Manoel Castro, e os seus respectivos discursos, nos ajudam a entender o processo de implantação do turismo na Bahia.

Enquanto o CEC estava preocupado com a preservação dos monumentos históricos, pelos motivos anteriormente mencionados, Paulo Gaudenzi, associava a necessidade da preservação aos ganhos econômicos e turísticos que isto podia render, pois, afirmava ele:

Na Bahia e, especialmente em Salvador, as manifestações culturais, os elementos históricos e a paisagem associam-se para criar um encanto e um potencial turístico de alta qualidade. Convém ressaltar que a sua força de atração, vivem e consomem essas tradições populares, paisagens e manifesta-se inseparadamente do seu povo, na sua tradição e nos

seus bens culturais e paisagísticos. O seu povo, e os que a visitam monumentos. Assim, desde que esta característica se apresenta, também, como uma potencialidade turística, é necessário preservá-la, aperfeiçoá-la e promovê-la para que se fortaleçam como consequência, a curiosidade e o interesse dos visitantes. Diante da possibilidade de certas atitudes provocadas pelo cosmopolitismo e outras manifestações, tomadas em nome do turismo, possam vir a desvirtuar as manifestações culturais, especialmente populares, e comprometer o acervo de monumentos e o paisagístico, cabe a todos os baianos e, em particular, ao poder público, ações de proteção desses valores.

O conselheiro Nelson Sampaio, em seu artigo “*Salvador em 60 anos*”, ao fazer uma análise do processo de modernização da cidade de Salvador e seus efeitos nas últimas seis décadas, foi um dos críticos mais contundentes do turismo. Para ele, o turismo não guardava as características das épocas em sua integridade, comercializando-as “para inglês ver”, como os alimentos em conserva, afirmava, modificando o verdadeiro gosto e ainda, criticava Sampaio,

Na invasão de novos costumes de todas as áreas, o turismo certamente guardará algumas amostras de candomblés, da cozinha afro-baiana, do samba de roda, da capoeira. Tudo isso viverá como um folclore dirigido, espécie de flores de estufa. perdurará, todavia, o essencial da natureza ambiente: as praias cintilantes, o azul do mar, se a poluição não lhe mudar o colorido, a transparência, também azul dos céus, a luminosidade do sol, caso não a tolde o smog industrial

Em outro momento, disparava contra o pessoal das artes, que segundo ele, seriam os beneficiados com essa “onda” do turismo. Ou seja, o autor em questão, reivindicava outra intervenção para as propostas de modernização, mas não abrindo mão de uma identidade baiana, que estaria se “desvirtuando” quando reapropriada pelo turismo. No seu dizer,

À medida que a industrialização e a mentalidade industrializante avançam, Salvador se vê ameaçada de tornar-se uma cidade igual a todas as grandes cidades, de perder o seu morno aconchego de terra de lazer, a visão pitoresca dos homens e dos horizontes, o cheiro do incenso, e o gosto do acarajé. Vem-lhe em socorro, entretanto, outra indústria que ela começa a explorar com grandes esperanças, a indústria “sem chaminés”, do turismo. Seus primórdios já superlotam os hotéis, animam a construção de novos, e nos prometem um aeroporto internacional, onde gigantescos supersônicos despejem constantemente levas de gringos, curiosos de ver “o que é que a baiana tem”

Havia deste modo, discursos distintos, múltiplas baianidades, que ajudam a entender os lugares sociais dos grupos, dos indivíduos e a entender aquele período de intensa luta pela imagem da Bahia. Assim, os discursos revelavam três temporalidades imersas em um mesmo processo histórico. A Bahia do passado servia para realçar a importâncias e grandeza de suas elites, representadas pelo seu patrimônio histórico. A Bahia do presente (décadas 60-80) refletia uma recusa e um cuidado para com os efeitos da iminente modernização da Bahia. E por último, a Bahia do futuro, da superação do atraso econômico, das possibilidades de exploração de novas formas de desenvolvimento como a indústria cultural e o turismo, acompanhadas que foram de novas formas simbólicas de ver e dizer a Bahia, que não foram inéditas, mas que foram exploradas mais veementemente. Resumimos estas características como sendo o “produto Bahia”, que se apropriava tanto de uma baianidade mais tradicional quanto daquela, que se remetia aos aspectos da sensualidade, mestiçagem e negritude, propaladas e conhecidas mundialmente através da

literatura de Jorge Amado.

Fontes consultadas

GAUDENZI, Paulo. **Operário do turismo**. Salvador Omar G, 1999.

Revista de Cultura da Bahia. (1967-1975).

Revista Cultura. MEC- Conselho Federal de Cultura, 1967. Edições: 01 e 02 de 1967.

Referências

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro, 4ª Ed. Civilização Brasileira, 1982.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 134-146.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP & A 1999.

HUNT, Lynn. (org.). **A nova história cultural**. Trad. Jefferson Luis Camargo, São. Paulo: Martins Fontes, 1992.

MAIA, Tatyana de Amaral. **“Cardeais da cultura nacional”: o Conselho Federal de Cultura e o papel civil – militar (1967 – 1975)**. Tese (doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

LEMOES, Carlos A.C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **Intelectuais na historiografia brasileira**. IV Simpósio Nacional Estado e Poder: intelectuais 8 a 11 de outubro de 2007, Universidade Estadual do Maranhão São Luís/MA.

MICELI, Sérgio (org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. **A Rainha Destronada: Discursos das elites sobre as grandezas e aos infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas**. Tese de doutorado em História Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

RÉMOND, René (Org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 13, p. 101-113, jun. 2007.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 11.ª edição, Salvador: EDUFBA, 2009.